
ENTRE PASSADO E FUTURO

O Brasil é mesmo um país peculiar, de excepcionalidades e originalismos. Se, por um lado, gozamos de virtudes atípicas, como o amplo pluralismo de ideias, religiões, etnias e sotaques convivendo em um território de dimensão continental, por outro, ostentamos o traço distintivo de um país marcado pela desigualdade e pela corrupção desenfreada.

Como explicar, tal qual tentaram fazer outros tantos economistas e cientistas políticos de ontem e de hoje, que sejamos uma entre as dez nações mais ricas do planeta em termos de Produto Interno Bruto (PIB) nominal e, ao mesmo tempo, ocupamos a 60^a posição no ranking mundial de educação?¹ Ou a 4^a colocação dentre os países mais corruptos do mundo, segundo levantamento do Fórum Econômico Mundial em 2016?²

Os noticiários que a cada manhã nos põem a par dos escândalos públicos, a respeito dos quais, aliás, o Brasil tem gozado de um não invejável primado, o sentimento que me toma não é outro senão de perplexidade. A mim e a outros tantos brasileiros, pela vulgaridade moral que parece dar tom à nossa época. Casos surreais, cada vez mais exagerados nas quantias e esdrúxulos nas formas.

¹ Disponível em: <<http://www.educacao.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-e-o-60-colocado-em-ranking-mundial-de-educacao,1686720>>. Acesso em: 12 out. 2016.

² World Economic Forum, the Global Competitiveness Report 2016-2017. 2. *Ethics and Corruption*. Disponível em: <<http://www.reports.weforum.org/global-competitiveness-index/competitiveness-rankings/#series=CGI.A.01.01.02>>. Acesso em: 17 out. 2016.

•• *Finanças públicas: travessia entre o passado e o futuro*

Este cenário aflige a qualidade da democracia brasileira, que se atrasa porque não consegue caminhar no lamaçal do egoísmo, irresponsabilidade e da corrupção. Além das perdas econômicas, que ganham diariamente novos dígitos, o prejuízo maior, embora menos visível, é certamente a perda de confiança nas instituições republicanas, sobretudo aquelas responsáveis pelo controle e fiscalização dos órgãos públicos.

Nos últimos anos tornou-se, também, mais evidente o *buraco* construído nas contas públicas, o qual permanecia encoberto na sombra da falta de realismo orçamentário e comprometimento com a saúde e transparência das finanças públicas. O contrário, aliás, é que se mostrou verdadeiro: uma flagrante irresponsabilidade na gestão fiscal, que tem adiado o debate sobre as reais prioridades da população, trazendo, em seu lugar, soluções artificiais que, antes de enfrentar os problemas, oculta-os.

Sem planejamento equilibrado, nem transparência, a Lei de Responsabilidade Fiscal é farrapo de papel. O resultado primário negativo na ordem de R\$157 bilhões para o orçamento de 2018 é testemunho de que, talvez, no Brasil, ela não venha passando disso. Ou, então, não se teria sequer cogitado na propositura de uma emenda constitucional, que colocou uma camisa de força nos gastos públicos, o que a própria LRF já impõe há quase 20 anos. O quadro, tomado por cores assustadoras, mostra que o compromisso no trato do dinheiro público já não é prioridade.

Ilude-se aquele que pensa que os resultados mediatos e imediatos destas graves disfunções atingem somente a imagem do Estado, ou questões econômicas abstratas que não lhe dizem respeito ou não afetam a sua vida. O mau gestor, o desperdício de verbas públicas e a conseqüente corrupção refletem primeiro, e antes de tudo, no remédio que falta às prateleiras do Sistema Único de Saúde (SUS), cuja demora no fornecimento é suficiente para tirar a vida de quem necessita; na obra pública paralisada há três, quatro, dez anos, inviabilizando a oferta do serviço público a que serviria, tampouco a geração de empregos e segurança pela comunidade; na compra sem licitação e superfaturada, cujo excesso se destina a financiar desde viagens luxuosas, a vinhos importados.

Nesta hora de falência e decomposição moral das instituições, para onde iremos nós? Ninguém saberia dizê-lo, pois já nos faltam os termos de comparação. Não é o tipo de peculiaridade que queríamos para o país. Também não é um modo agradável de iniciar uma leitura, reconhecimento.

Por isso, peço desculpas ao leitor, porém penso ser necessário que, para asfaltar o terreno das propostas que serão apresentadas no decorrer do livro, deve-se, desde

logo, abrir mão dos eufemismos. Abandonar o péssimo hábito de maquiagem a realidade nua e crua, por mais pútrida que seja.

Em obra anterior, “O ovo da serpente”, em cujo sugestivo título busquei espelhar de forma prematura a preocupação com esse cenário de degeneração, representado pela eclosão dos ovos e a proliferação das serpentes pelas instituições públicas, já havia afirmado que vejo no controle efetivo a estrada real que pode nos conduzir à saída das múltiplas crises que agora temos de enfrentar.

O controle público, aliás, é a vela do barco democrático que segue o sinuoso caminho do bem-estar social.

Seria o mesmo que diagnosticar uma doença grave, nomear a cura, entretanto deixar de ministrar os remédios; não dar a receita médica que efetivamente serviria ao combate dessa moléstia. Conhecer a terapia é o primeiro passo. Para que a doença não se dissemine, é preciso buscar os instrumentos de sua concretização. É dizer, meios de tornar este controle efetivo, eficaz e eficiente. No alcance desse fim, não podemos permanecer parados.

A propósito, embora seja uma citação de Edmund Burke muito batida, vale repeti-la: “tudo que é preciso para o triunfo do mal é que os bons homens não façam nada”.

Não podemos nos refugiar de nossos problemas, tampouco delegá-los ao Poder Judiciário para que tramitem em processos ou esperar que operações e forças-tarefa sejam o único esteio de esperança para um futuro melhor. Encaremos os desafios com coragem e determinação. Idealizemos as saídas que, ainda que não as melhores, possam nos guiar juntos a uma solução para o Brasil, sem sacrificar os direitos fundamentais dos cidadãos, evitando que isso se converta em uma *vitória de Pirro*, onde se ganha a guerra, mas se dizima o exército.

Este é o espírito que procuro traduzir neste livro: de proposição. Como afirmi, todavia, a formulação de soluções exige que conheçamos a fundo os problemas, a realidade como ela nos apresenta. Desta forma, nos capítulos iniciais, faço uma anamnese, expondo os vícios que, conforme a experiência que acumulei ao longo dos mais de 20 anos na fiscalização ativa das contas públicas, entendo serem, sob o aspecto do controle, os principais culpados pela dramática situação atual, os quais subdivido em **três blocos**: o irrealismo orçamentário, a falta de planejamento e de participação social no curso das ações políticas e, finalmente, a impunidade ou a sensação de impunidade como indutora de corrupção.

Desenhado o quadro – nem um pouco apreciável –, busco em seguida formular propostas que indicam caminhos e dão perspectivas de resolução dessas disfunções e dos diversos aspectos negativos que delas decorrem.

Certamente, não é tarefa simples, nem incontroversa, em especial diante da complexidade dos vícios e, sobretudo, pela dificuldade em desafiar os privilégios e a tradição patrimonialista e burocrata daqueles poucos que se acostumaram ao exercício do poder na sociedade. Karl Popper é preciso quanto ao desafio de traçar propostas: “Se nos subtraímos ao dever de carregar nossa cruz, a coragem e nos retirarmos da luta, então devemos entender de maneira clara, sem qualquer tipo de preconceito, o que nos espera: podemos retornar ao estado selvagem”.

De mais a mais, pretendi, ao organizar as ideias que aqui compartilharei, conciliar duas preocupações: A primeira, pensando na abrangência do livro, traduzida na finalidade de alcançar do leigo ao especialista, foi fugir da linguagem técnica que carrega expressões acessíveis somente a determinadas classes (“juridiquês”, “economês” etc.). A segunda: desviar da retórica, do apelo idealístico, para encontrar praticidade e objetividade nas propostas. Obriguei-me a indicar soluções concretas e legíveis a cada tópico.

Assim, espero apresentar estímulos críticos ao leitor que compartilha do anseio por uma nação marcada mais pela igualdade, do que pela impunidade, de mais eficiência, e menos desperdícios. Causas desvinculadas de ideologia, que virão a partir de um impulso para frente, e não para os lados.

Desde logo, me vejo no dever de alertá-los, de antemão, que não há receitas milagrosas, tampouco soluções prontas e que só carreguem virtudes, é dizer, que sejam irrepreensíveis. Não é possível dar um salto, como se entre uma e outra solução existisse um divisor de águas e como se a paisagem mudasse completamente tão logo passássemos de uma margem a outra do rio. A lição segundo a qual, para todo problema complexo existe uma solução simples e inteiramente errada, é antiga, e aqui, verdadeira.

Esta produção, portanto, busca fincar lugar no centro das pretensões extremas, vez que não tem a intenção de oferecer panaceias sem qualquer valor prático e que não pensem os problemas a fundo, nem fazer voos altos demais, trazendo expedientes mágicos, solucionadores de todas as complicações. A sociedade está cansada de ambos.

Vivemos um momento crítico de testes e arrumação das instituições e bases do que queremos construir para o futuro, de modo que devemos abordar os problemas com os pés no chão e os olhos à frente, para não nos colocarmos na estrada das expectativas destinadas à desilusão.

Se me perguntassem, portanto, o que se nos destina o futuro pós-impeachment, pós-lava jato e pós-eleições, responderia tranquilamente que não sei. Na comunicação que aqui procuro estabelecer, meu propósito não é outro senão pensar

construtivamente o Brasil, visando desatar os laços seculares da corrupção e da irresponsabilidade fiscal, e nisso, creio que temos nós, muito o que fazer. Se, ao final, este livro puder fornecer qualquer ajuda para concretizar esses objetivos, não o terei elaborado em vão.

Ainda sem fazer qualquer aposta, atribuiria a quatro valores, importância crucial na composição de qualquer medida que vise tornar efetivo o controle e de cuja essência se extrai tudo o que será proposto adiante: ética, transparência, participação e responsabilidade. A reflexão quanto à relevância desses princípios é lógica. A democracia não sobrevive sem o controle que, por sua vez, é inútil se os atos do governo se realizam isoladamente e às escuras.

